

COMITÊ EMERGENCIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SANTA CATARINA

COMPOSIÇÃO, ORGANICIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO

COMPOSIÇÃO

Mesa diretiva do CONSEA:

Lucidio Ravanello (*presidente do CONSEA*) – Associação Estadual de Cooperação Agrícola

Pedro Xavier da Silva – Slow Food;

Naianne Hoffmann - Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional;

Vanda de Oliveira Gomes Pinedo - Movimento Negro Unificado

Luciane Martins May - Secretária do CONSEA

Conselheiros governamentais representando Secretarias de Estado da Agricultura, Educação e Fazenda:

Oswaldo Vieira dos Santos – SAR e Cristina Ramos Callegari - EPAGRI;

Marli Elaine Fugir Lichtblau – SED/Alimentação Escolar;

Roberto Mosânio Duarte de Carvalho – SEFAZ.

Conselheiros representando entidades da sociedade civil:

Eduardo Daniel da Rocha - Associação Vianeí de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação e Cultura e Saúde;

(2°);

(3°).

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social:

Maristela Antônia Santos – SDS.

Ministério Público Federal:

Dra. Analúcia de Andrade Hartmann.

Ministério Público do Trabalho:

Procurador Dr. Marcelo Martins Dal Pont.

Defensoria Pública de Santa Catarina:

Dr. João Joffily Coutinho

Defensoria Pública da União:

Dr. André Pereira – Coordenador do GT Pop. Rua.

Ordem dos Advogados do Brasil:

Dr. André Rodrigues de Oliveira

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC:

Paulo Eccel

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Maria de Lourdes Nienkoetter

Fundação Nacional do Índio - FUNAI:

Luis Felipe Bueno

Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI:

Alexandre Rossettini de Andrade Costa

Federação Catarinense de Municípios - FECAM:

Valéria Grossl Mendes da Silva

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA:

Aguardando resposta

Via Campesina

Noemi Margarida Krefta
Carmem da Rosa Kilian Munarini

Movimento Nacional de Direitos Humanos:

Erli Carmargo
Rui Alvacir Netto

Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CEAE

Gabriela Rodrigues Vieira

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de SC - FETAESC:

Alexandre Augusto Julio Gomes

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de SC - FETRAF:

Rita de Cassia Maraschin da Silva

Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPIN

Leonardo Luiz Euzébio, indígena do povo Guarani

Geomar Covi Crendô, indígena do povo Xokleng

Esaque Casimiro da Silva, indígena representante do povo Kaingang

Maria Íris Bessa Machado Lopes, secretária do CEPIN

Gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes – SDS

Regina Celia da Silva Suenes

Sugestão organizacional do Comitê:

Levando em consideração as discussões levantadas pelo CONSEA (reunião de criação do Comitê, Manifesto enviado ao Governador, Descrição e Diretrizes das Medidas, além de conversas por whatsapp) e a composição de diversos órgãos governamentais e não governamentais neste Comitê, ressalta-se a necessidade de organizar **ações chave** e **Eixos Temáticos** (de acordo com as demandas) com o intuito de potencializar as discussões e encaminhamentos no grupo. De forma alguma os Eixos Temáticos irão se dividir do 'grande grupo', a intenção é apenas de ter entes específicos para captar demandas externas, ouvir a todos os públicos, unidos a sua experiência profissional e trazerem para discussão no Comitê, assim atenderemos a todos de forma democrática e inclusiva. Os eixos possuem caráter dinâmico e poderão se adaptar a demandas que surjam.

EIXOS TEMÁTICOS

1. SOCIAL:

- Abastecimento de alimentos;
- Aquisições;
- Programas.

2. REPRESENTAÇÃO DE PCTS e vulneráveis:

- População em Situação de Rua;
- Quilombolas;
- Indígenas;
- Outras demandas de públicos em insegurança alimentar.

3. ECONÔMICO:

- Trabalho/Empregos;

→ Orçamento público.

4. ARTICULAÇÃO MUNICÍPIOS:

- Interlocução direta com os municípios;
- Uso de recurso e levantamento de demandas.

5. COORDENAÇÃO

- Alinhamento entre os diferentes eixos;
- Monitoramento dos encaminhamentos.

METODOLOGIA:

Após reunião inicial, com os membros dos eixos identificados, cada eixo apresentará seus pontos de pauta e ações, identificando agentes importantes a serem envolvidos e objetivos. Importante levar em consideração as pautas emergenciais, por exemplo, 'necessidades essenciais para PCTs'. As ações e encaminhamentos de cada eixo serão compartilhadas com todos, alinhando ações internas (visto que temos representações das 3 esferas de governo e soc. civil) e conduzindo os encaminhamentos externos. Esse processo será conduzido pelo eixo temático "5. COORDENAÇÃO", que irá integrar as ações transversais e compartilhar boletins dos encaminhamentos durante a semana.

A fim de otimizar a condução, sabendo da urgência que momento pede, é importante termos como referência os dois documentos supracitados e em anexo ("Manifesto" e "Descrição e Diretrizes"), para que a definição das **ações chave** sejam correspondentes aos levantamentos já realizados. Abaixo seguem as principais demandas já apresentadas:

1. A valorização de programas em execução, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Bolsa Família (PBF), com ampliação dos investimentos e número de beneficiários, além de maior dinamismo no processo cadastral;
2. Facilitação do acesso de beneficiários às políticas emergenciais de origem do Governo Federal e complementação de recursos para públicos em insegurança alimentar e que estejam à margem dessas políticas;
3. Salvaguarda das feiras e feirantes da agricultura familiar e demais formas de circuitos curtos de comercialização, devido às externalidades positivas vinculadas a estes sistemas e já supracitadas;
4. A valorização e foco em melhoria na utilização de equipamentos públicos - respeitadas as condições sanitárias - como bancos de alimentos, centrais de abastecimento, restaurantes populares e universitários, entre outros;

5. Abertura de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em caráter emergencial;

6. Responsabilização imediata por alojamento de forma segura, com direito aos cuidados referentes ao isolamento pessoal, alimentação e cuidados de saúde, para população em situação de rua;

7. Atenção imediata na resolução das situações de falta de água nas comunidades rurais e urbanas;

8. Estruturação e operacionalização adequada das ações relacionadas à alimentação escolar;

9. Estruturação das ações referentes à arrecadação, distribuição e cadastramento identificação de beneficiários de doações.